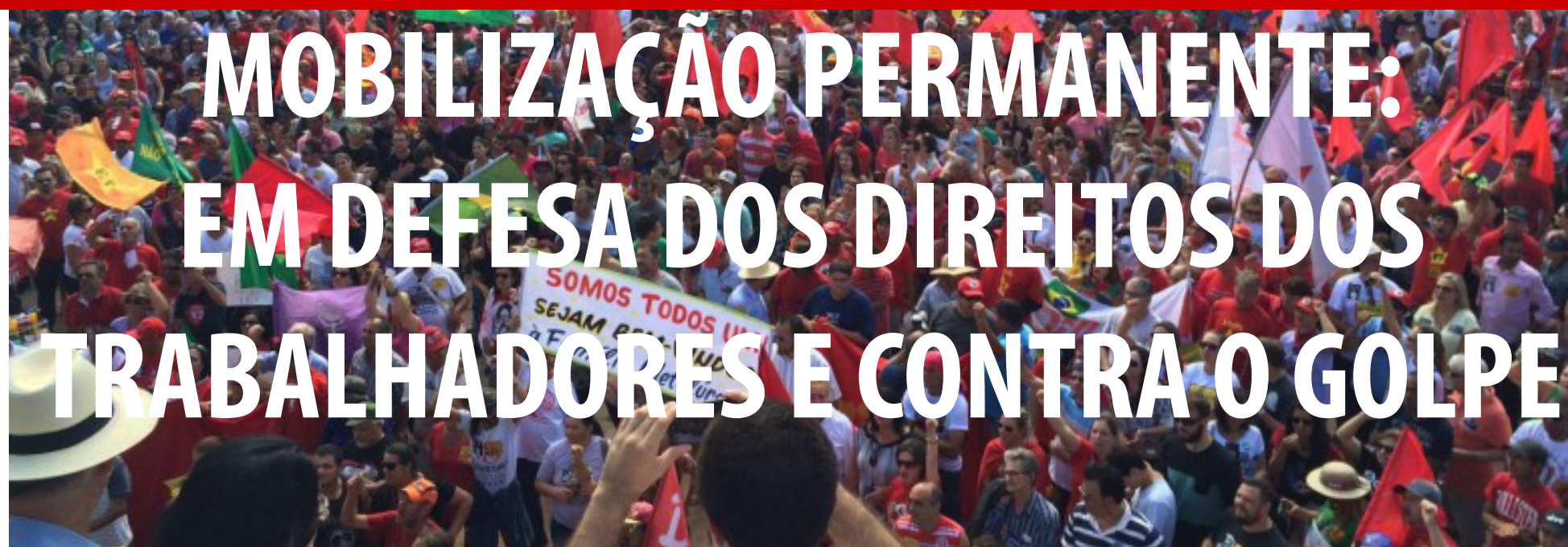


INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 35 - Cruz das Almas (BA) - 07 de Abril de 2016 - www.apur.org.br



CONSUNI DA UFRB APROVA, POR UNANIMIDADE, MOÇÃO EM DEFESA DA DEMOCRACIA



Em reunião nesta quarta-feira (6), o Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) aprovou, por unanimidade, uma moção contra o golpe e em defesa da democracia. Na oportunidade, foi cedida a palavra para o comitê da UFRB na defesa da democracia, para os representantes da ASSUFBA e CCE, e todos se manifestaram em defesa da democracia e contra o golpe. Também foi concedida fala ao presidente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), professor Antonio Eduardo Oliveira, que apresentou a posição do sindicato contra o golpe, aprovada em assembleia no dia 30 de março. Após as falas e um intenso debate, a moção foi aprovada e em breve será publicada pela ASCOM. O CONSUNI ainda aprovou o dia 12 de abril como dia de Mobilização na UFRB em Defesa da Democracia, que contará com um debate na reitoria, às 14 horas. Após o debate, ocorrerá um ato pelas ruas de Cruz das Almas.

ASSEMBLEIA APROVA POSIÇÃO CONTRA O IMPEACHMENT



Na assembleia do dia 30 de março, os professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) votaram a favor de uma nota defendendo que a posição política da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) seja contrária ao impeachment, por ser ele considerado um golpe contra a democracia. Além disso, os docentes também aprovaram a participação da APUR em ações conjuntas com outras categorias em defesa da democracia e contra o golpe.

Uma questão que foi colocada na maioria das falas foi que não está apenas em jogo um governo que foi eleito pelo voto popular, mas também que está sendo colocado em risco um projeto de sociedade e de universidade, e por isso a necessidade de um posicionamento coerente. Em todas as falas, a APUR foi convocada a se posicionar contra o golpe que, na opinião de alguns docentes presentes, já foi dado faz tempo. Sendo assim, a luta não seria para conter, mas para minimizar os estragos desse atentado contra a democracia.

Para o professor David Teixeira, a sociedade não está dando conta do real cenário. O professor deixou bem claro que sua preocupação não é com a presidente do país, mas com as consequências nefastas do golpe para a classe trabalhadora: "O que está em risco não é o governo Dilma, é o projeto dos trabalhadores (as) brasileiros (as)." David ainda mostrou preocupação em relação ao cenário de ódio que tem se instalado no país. Em sua visão, é necessário fugir de tal cenário, mas isso não quer dizer que se deva ficar em cima do muro: "O sindicato tem que tomar uma posição. O que está sendo colocado precisa ser repudiado", defendeu o professor.

O presidente da APUR, Antonio Eduardo Oliveira, classificou a situação como sendo grave. Em sua visão, a engrenagem do golpe está avançada, por isso a necessidade do sindicato ter um posicionamento político claro. Ainda assim, Antonio Eduardo analisa a situação de forma prática. Para ele, mesmo um pouco tarde, os movimentos sociais têm reagido, e ainda que estejam em desvantagem, ainda há tempo para lutar.

A posição contrária ao golpe foi unânime em todas as falas, mas os docentes estão conscientes da dificuldade da situação política do Brasil, e mostraram maturidade na discussão do tema. O professor David Teixeira, por exemplo, colocou que é importante se pensar nos desdobramentos que esse momento político trará para o país e, especialmente, para a educação. "A gente vai contra o golpe não é de qualquer jeito, temos que ir pensando num contexto com e sem a presidente Dilma. A nossa luta contra o ajuste fiscal, a nossa luta em prol da educação será permanente", afirmou David.

O professor Antonio Eduardo sugeriu que a APUR se integre aos movimentos já existentes, pois acredita que o papel do sindicato é fundamental. "Defender a UFRB também é lutar contra o golpe. Nosso desafio é a defesa de um projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade que também é ameaçado", concluiu o professor.

Para dar continuidade às discussões sobre a situação política do país, foram marcadas reuniões sindicais em todos os centros. As reuniões ocorrerão entre os dias 04 e 07 de abril, e em breve será divulgado o dia específico de cada centro.



APUR CONTRA O GOLPE, EM DEFESA DA DEMOCRACIA

A APUR, conforme decisão em assembleia, vem a público dizer que é contra o golpe em curso, que ataca o mandato da presidenta da república Dilma Rousseff, que assume neste momento a forma jurídico-policial representado no processo de impeachment.

Nos últimos meses, sob o pretexto de combate a corrupção, o judiciário adotou ações abusivas e ilegais que ferem a nossa constituição (quebra de sigilos telefônicos ilegais, conduções coercitivas indevidas), ações que já foram condenadas inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, e que foram utilizadas para acentuar a crise política do nosso país.

Todas essas medidas, na verdade, tentam encobrir os verdadeiros interesses que movem o golpe, que é a necessidade de supressão e retrocesso de direitos e conquistas da classe trabalhadora brasileira expressos: na imposição de uma urgência na Reforma da Previdência; ataque a CLT com a terceirização ilimitada até a sua anulação, com o negociado prevalecendo sobre o legislado; entrega da riqueza do Pré-sal para as multinacionais; privatização das estatais (setor elétrico, Petrobrás); redução dos investimentos do Estado na educação pública e privatizações das redes; precarização das condições dos servidores e dos serviços públicos. Essas ações estão presentes de forma explícita nos 55 projetos de lei tramitando no Congresso e nos documentos da FIESP (representação máxima do setor industrial do país) e no programa "Ponte para o futuro" do PMDB.

Este movimento golpista faz parte da investida imperialista na América Latina (Venezuela, Bolívia, Honduras, Paraguai, Argentina e Brasil), que por diferentes formas busca recompor sua influência reduzida nos últimos anos por conta da ascensão dos governos de frente popular nas últimas décadas. Para o funcionamento desta engrenagem golpista, a grande mídia está cumprindo um importante papel, ao pregar o ódio, ao manipular notícias e ao promover condenação antecipada de investigados, pressionando o judiciário com a opinião pública e propagando vazamentos seletivos das investigações.

Portanto, reconhecemos que não são casuais os ataques às sedes da CUT, da UNE e outras entidades representativas da classe trabalhadora no último período; assim como não são casuais as ações de intimidação ao ministro Teori Zavascki e ao jornalista Juca Kfoury, bem como o lamentável caso noticiado da médica que se recusou a atender uma criança filha de uma filiada ao PT.

Reconhecemos que é hora de avançar na defesa das organizações construídas pelos trabalhadores, pelos setores explorados e oprimidos e, juntamente com eles, construir um grande movimento que impeça não apenas o impeachment, mas sim toda engrenagem golpista que visa a destruição das conquistas e direitos dos trabalhadores. Por isso, aprovamos a participação da APUR nas atividades das organizações dos trabalhadores contra o golpe e construção/participação de comitês contra o golpe na UFRB e nas cidades do Recôncavo.

Sigamos em defesa da democracia, dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional. NÃO VAI TER GOLPE!

Cruz das Almas, 4 de abril de 2016.

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFRB CONTRA O GOLPE E EM DEFESA DA DEMOCRACIA



Nós, da comunidade acadêmica do CFP (servidores técnicos, estudantes, docentes e funcionários terceirizados), vimos, por meio desta CARTA, repudiar a tentativa de golpe em nosso País.

Sendo nós integrantes de uma Universidade fruto de uma política de expansão do ensino superior, decorrente das políticas sociais que visam, de algum modo, abrandar séculos de profunda desigualdade social, racial e regional, não podemos nos calar diante de injustiças que visam anular todo um processo eleitoral democrático, que também foi conquistado a base de lutas.

Estamos promovendo debates e reflexões por meio de palavras faladas, escritas, exibição de filmes, manifestos de indignação de profissionais que conhecem a história da Educação neste país e que lutam diariamente por sua qualificação. Reconhecemos, assim, que, por meio de políticas de inclusão (cotas, por exemplo), houve avanços significativos na educação e mudanças na história de pessoas que outrora estavam marginalizadas, como negros e população do campo. No entanto, não imaginávamos que uma ascensão social para essas pessoas acarretaria em discurso de ódio e retrocesso político.

Setores conservadores do grande capital nacional e internacional, aliados aos meios de comunicação dominantes, promovem um ataque flagrante contra as garantias constitucionais, tentando transformar um estado de direito em um estado de exceção a todo custo. Entendemos que:

- 1) Não foram apresentados fatos que justifiquem, com base nas leis vigentes, qualquer crime de responsabilidade que torne minimamente razoável o pedido de impedimento de uma Presidente democraticamente eleita. A impopularidade do governo não se constitui motivo para derrubar uma escolha feita nas urnas;
- 2) Torna-se evidente o oportunismo de alguns políticos de idoneidade duvidosa (entre eles réus e investigados por crimes de corrupção) e dos grandes veículos de comunicação (historicamente comprometidos com golpes e manobras de manipulação midiática), que se uniram para criar um clima político desfavorável ao governo,

manipulando as informações e aprofundando o sentimento de crise que prejudica a recuperação econômica do País. Além de contaminarem o ambiente político com um ódio que ameaça deflagrar uma crise incontornável, cujo desfecho beira o apelo à violência;

- 3) O grande capital nacional, aliado a interesses externos, aproveita-se da fraqueza política impetrada contra o governo para subtrair nossas riquezas e suprimir algumas conquistas históricas da classe trabalhadora, atacando as leis de proteção ao trabalho e a previdência social, além da tentativa de privatizar dos nossos recursos naturais e nos impor uma agenda conservadora que ataca nossas liberdades civis;
- 4) As investidas policiais, sobretudo aquelas conduzidas pela Operação Lava Jato, frustraram as expectativas de quem esperava, enfim, uma apuração rigorosa dos fatos e a punição justa dos responsáveis. Prisões arbitrárias, investigações seletivas, vazamentos irresponsáveis, ameaçam a credibilidade das Instituições de Justiça ao tempo que produzem um clima de insegurança jurídica que pode extinguir a democracia conquistada por séculos de luta da classe trabalhadora brasileira.

Defendemos a continuidade das investigações, a apuração das irregularidades e a responsabilização dos envolvidos dentro do mais absoluto e irrestrito respeito à legalidade. Não aceitaremos as arbitrariedades e abusos ocorridos nos últimos dias que preocupam, não apenas todos aqueles que prezam pela democracia neste País, mas também os governos e as populações dos países democráticos de todo mundo que observam, com perplexidade, a escalada do golpe no Brasil.

Não aceitaremos retrocessos em nossas conquistas e da mesma forma que nos opomos ao golpe, enfrentaremos as políticas do atual governo que ofendem as conquistas da classe trabalhadora em benefício dos ambiciosos interesses das elites golpistas que pretendem derrubá-lo.

Assim, esta comunidade acadêmica diz: não ao golpe e sim à luta em defesa da democracia e dos interesses das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil.

Amargosa, 4 de abril de 2016.

ASSINAM:
PROFESSORES/AS

1. Alessandra Gomes
2. Ana Cristina Nascimento Givigi (Kiki)
3. Anália Moreira de Jesus Moreira
4. Ana Rita Santiago da Silva
5. Andreia Barbosa dos Santos
6. Ângela Vilma Santos Bispo
7. Carlos Adriano da Silva Oliveira
8. Cintia Mota Cardeal
9. Cristina Souza Paraíso
10. David Romão Teixeira
11. Débora Alves Feitosa
12. Dyane Brito Reis Santos
13. Érica Bastos da Silva
14. Fábio Josué Souza dos Santos
15. Fátima Aparecida Silva
16. Fernanda Braga Magalhães Dias
17. Fernando Henrique Tisque dos Santos
18. Franklin Plessmann de Carvalho
19. Georgia Nellie Clark
20. Gilsélia Macedo Cardoso Freitas
21. Giovana C. Temple
22. Gleide Sacramento da Silva
23. Gredson Santos
24. José Arlen Beltrão de Matos
25. José Raimundo Santos
26. Karina de Oliveira Santos Cordeiro
27. Kleyson Rosário Assis
28. Leandro do Nascimento Diniz
29. Leopoldo Katsuki Hiramã
30. Márcia Luzia Cardoso Neves
31. Márcia Valéria Cozzani
32. Maria Eurácia B. Andrade
33. Mariana Martins de Meireles
34. Nanci Rodrigues Orrico
35. Orahcio Felício de Sousa
36. Priscila Gomes Dornelles
37. Rafael Sousa de Oliveira
38. Raul Lomanto Neto
39. Renato Dos Santos Diniz
40. Ricardo Henrique Resende de Andrade
41. Tarcísio Fernandes Cordeiro
42. Terciana Vidal Moura
43. Thereza Bastos
44. Wendell Otero Prates

SERVIDORES TÉCNICOS

1. Daniel Santos de Oliveira
2. Dimitri Matos de Oliveira
3. Gerlan Cardoso Sampaio
4. Natalí Dos Santos Andrade
5. Rosana Oliveira Rodrigues

ESTUDANTES

1. Adriana Cruz
2. Aline de Jesus Santos
3. Amanda Pires
4. Ana Carolina Silva
5. Ana Cláudia Santana
6. Camila Santos
7. Carlos Alberto Santos
8. Carlos Danilo Alves
9. Cláudia Santos
10. Diego Ribeiro
11. Eliene Vitória
12. Elisabete Delfino
13. Elivelton de Jesus
14. Emily Silveira
15. Evanildo Santos
16. Fabiana Nascimento
17. Felipe Garcia
18. Girlane Souza
19. Gislane Moura Batista Souza
20. Henrique Neto
21. Ivan de Almeida Santos
22. Jean Gomes
23. Juliana da Silva
24. Laiane Teles
25. Laisa de Oliveira
26. Luana de Jesus
27. Lucinaldo Santos
28. Marineide dos Santos
29. Patricia Paiva Borges Dos Santos
30. Renan Fernandes
31. Robervaldo Santos
32. Robeylson Santos
33. Rosilda Lima
34. Rosileide Amorim
35. Solange Sacramento
36. Verusa Alves
37. Viviane Barreto

CRÔNICA DE UM FRACASSO ANUNCIADO

1º DE ABRIL DA ESQUERDA COXINHA PASSOU E NINGUÉM VIU!

Antonio Eduardo Alves Oliveira
Professor UFRB



A diretoria do ANDES-SN afirmou em nota política que a disputa entre os “governistas” e a direita era uma falsa polarização.

Aderindo à política golpista do PSTU e Luciana Genro (PSOL), mas, na verdade, do próprio Temer e da direita reacionária de que não existe motivo para lutar contra o golpe, pois o PT e os “governistas” são iguais ou piores do que a direita, e que não existe golpe, ajudando claramente os golpistas com a tese golpista de que não existe golpe.

Sem nenhuma deliberação da base da categoria, seguindo a política ultra esquerdista da CSP e EUA, a diretoria do ANDES-SN resolveu convocar seus filiados para a farsa do 1 de abril da esquerda coxinha, que tinha como único objetivo lutar contra as mobilizações “Não vai ter Golpe”, organizadas pela CUT, MST, MTST, dos dias 18 e 31 de março.

Em nome do suposto terceiro campo e de que é “autônoma”, ou seja, não se mistura com governista, a diretoria do ANDES-SN se recusa a lutar contra a direita e seu golpe em marcha. A polarização política que sacode o país é, de maneira obtusa, negada pelos intelectuais pequenos burgueses e burocratas sindicais que dirige o sindicato nacional de docentes do ensino superior.

Entretanto, como se diz, a realidade é teimosa e não respeita as solenes declarações da diretoria do ANDES-SN, pois a polarização insiste em acontecer, e a mobilização de massas do movimento “Não vai ter golpe” tem sido o elemento determinante na resistência aos golpistas, e levou ao colapso a política sectária e ultra esquerdista do PSTU/CSP/Luciana Genro, o que tem promovido o isolamento completo desses setores, em particular do ANDES-SN nas universidades.

O 1º de abril foi o que o próprio nome já indicava, uma grande mentira. Foi o maior fiasco político do ANDES-SN. Qual o balanço? 500 pessoas na Avenida Paulista raivosamente gritando abaixo todo mundo e palavras de ordem pela derrubada do governo Dilma.

Nos estados, o fiasco foi ainda maior, com nenhuma adesão com abandono completo do 1º de abril pelos aliados tradicionais da CSP/PSTU. O fracasso da aventura sectária da diretoria do ANDES-SN junto com a esquerda coxinha é estrondoso.

Devido a esta equivocada política, o sindicato nacional participou do dia da mentira do PSTU que tinha como eixo a derrubada do governo Dilma (dessa vez, não tem como negar as faixas Fora Todos e Fora Dilma).

Os filiados do ANDES-SN não pode permitir que isso perdure, é preciso construir um movimento de oposição que recupere o sindicato nacional para a luta e rompa a política golpista da esquerda coxinha.

Por nova direção para o ANDES-SN e por uma campanha pela desfiliação do Andes da CSP Conlutas.

ADUFABC DEFENDE A DEMOCRACIA E A REPÚBLICA



A corrupção deve ser duramente combatida, mas dentro das regras institucionais, e essa luta não pode – em hipótese nenhuma – atentar contra o estado democrático de direito.

Recentemente, assistimos à invasão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Diadema por contingentes da Polícia Militar de São Paulo, fortemente armados, no dia 11 de março passado, cerceando a legítima liberdade de expressão de mais de três mil pessoas que realizavam um ato político no local.

Mais ainda, lamentavelmente, no último dia 16 de março à noite, houve insultos, provocações e outros atos agressivos frente a docentes e discentes na saída do campus de São Bernardo de Campo.

Não devemos nos furtar a tomar posições e ações num ambiente político que infelizmente nos faz relembrar o contexto pré-1964.

Assim, a Diretoria da ADUFABC se une às crescentes vozes que exigem o respeito às normas democráticas e jurídicas e se posicionam claramente contra qualquer tentativa de golpe às instituições republicanas.

Conclamamos nossos associados a participarem de atos em defesa da democracia, manterem sua mobilização e a encaminharem propostas concretas de atuação coletiva, a serem implementadas na medida dos recursos que estiverem ao alcance da ADUFABC.”

“Diante do agravamento da crise institucional e política pela qual o Brasil passa, a Diretoria da ADUFABC decidiu reforçar – ao lado de todas as associações de classe e instituições que se unem hoje em defesa da Democracia – a posição de que qualquer encaminhamento para a crise em curso deve se dar estritamente dentro da legalidade e das normas institucionais democráticas estabelecidas desde 1988.

Repudiamos a quebra das regras institucionais democráticas e dos princípios constitucionais, assim como nos preocupamos com o agravamento da intolerância política e dos confrontos sociais, que ameaçam os avanços republicanos, os direitos civis, políticos e sociais duramente conquistados ao longo de nossa história.

Vemos, ainda, a condução de uma parte do poder judiciário marcado pela seletividade, com apoio da grande mídia, colocando em xeque princípios jurídicos do devido processo legal, da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa.

A construção de um discurso de “combate à corrupção” não pode estar ancorado na seletividade e nem se tornar partidário. Tal discurso vem inflamando uma parte da população a apoiar o pleito de impeachment, que carece de fundamentação jurídica e de amparo em provas cabais.

Assinam este:	54	Gilson Lameira de Lima	107	Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda
1 Acácio Almeida	55	Giorgio Romano Schutte	108	Michelle Sato Frigo
2 Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo	56	Giselle Watanabe	109	Mônica Yukie Kuwahara
3 Adriano Viana Ensinas	57	Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida	110	Muryatan Barbosa
4 Alessandra Teixeira	58	Guiou Kobauashi	111	Nathalia de Setta Costa
5 Aline de Oliveira Neves Panazio	59	Harlen Costa Batagelo	112	Neusa Serra
6 Ana Carolina Boero	60	Helio Waldman	113	Norberto Anibal Maidana
7 Ana Fava	61	Igor Fuser	114	Olavo Luppi Silva
8 Ana Keila Mosca Pinezi	62	Jair Donadelli jr	115	Olympio Barbanti Junior
9 Ana Maria Dietrich	63	Jaqueline Rosa dos Santos	116	Paris Yeros
10 Anastasia Guidi Itokazu	64	Jeroen Klink	117	Patrícia Del Nero Velasco
11 Anderson Orzari Ribeiro	65	Jerônimo Cordoni Pellegrini	118	Paula Ayako Tiba
12 André Luiz Brandão	66	João Carlos da Motta Ferreira	119	Paula Braga
13 Andrea Paula Dos Santos	67	Jorge Tomioka	120	Paulo Tadeu da Silva
14 Angelo Prates	68	José Artur Quilici-Gonzalez	121	Pedro Carajilescov
15 Annibal Hetem Junior	69	José Blanes Sala	122	Rafael Cava Mori
16 Antonio Marcos Roseira	70	José Kenichi Mizukoshi	123	Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira
17 Arilson Favareto	71	José Paulo Guedes Pinto	124	Ramon Vicente Garcia Fernandez
18 Armando Caputi	72	Jose Rubens Maiorino	125	Raphael Yokoingawa de Camargo
19 Camila Caldeira Nunes Dias	73	Julia Bertino Moreira	126	Raquel Vecchio Fornari
20 Carlos da Silva dos Santos	74	Kátia Canil	127	Regina Reis
21 Carolina Moutinho Duque de Pinho	75	Klaus Frey	128	Ricardo da Silva Benedito
22 Cicero Ribeiro de Lima	76	Leonardo José Steil	129	Ricardo de Sousa Moretti
23 Claudio Luis de Camargo Penteadó	77	Leonardo Mello	130	Rodrigo de Alencar Hausen
24 Cristiane Salum	78	Lorenzo Baravalle	131	Rodrigo Fresneda
25 Cristina Fróes de Borja Reis	79	Luciana Nicolau Ferrara	132	Rogério Perino de Oliveira Neves
26 Dacio Matheus	80	Luciana Travassos	133	Rosana Denaldi
27 Daniel Pansarelli	81	Luis de Paula Machado	134	Rovilson Mafalda
28 Daniel Zanetti de Florio	82	Luis Paulo Barbour Scott	135	Salomão Barros Ximenes
29 Danilo Freitas Ramalho da Silva	83	Luis Roberto de Paula	136	Sandra Irene Momm Schult
30 Darlene Ramos Dias	84	Luiz Bráulio Farias Benítez	137	Sergio Amadeu da Silveira
31 David Morales	85	Luiz de Siqueira Martins Filho	138	Sergio Daishi Sasaki
32 Demétrio Gaspari Cirne de Toledo	86	Luiz Fernando B. Martin	139	Sérgio Henrique Ferreira de Oliveira
33 Denise Goya	87	Luiz Rozante	140	Sidney Jard
34 Diogo Coutinho Soriano	88	Manuel Ramon Souza Luz	141	Silvana Zioni
35 Diogo Santana Martins	89	Marcela Bermudez Echeverry	142	Silvia Dotta
37 Edson Pinheiro Pimentel	90	Marcelo Salvador Caetano	143	Silvia Helena Passarelli
38 Eduardo Gregores	91	Márcia Aparecida Sperança	144	Silvio Ricardo Gomes Carneiro
39 Eduardo Gueron	92	Marcia Helena Alvim	145	Simone R. Freitas
40 Everaldo Carlos Venancio	93	Marco Antonio Bueno Filho	146	Suze Piza
41 Fernanda Graziella Cardoso	94	Marcos Barcellos de Souza	147	Tatiana Berringer
42 Fernando Costa Mattos	95	Marcos Vinicius Pó	148	Tatiana Lima Ferreira
43 Fernando L. Cássio	96	Maria Caraméz Carlotto	149	Thiago Branquinho de Queiroz
44 Fernando Rocha Nogueira	97	Maria das Graças Bruno Marietto	150	Thiago Fonseca Morello
45 Flamarion Caldeira Ramos	98	Maria de Lourdes Fonseca	151	valery shchesnovich
46 Flavia da Fonseca Feitosa	99	Maria de Lourdes Merlini Giuliani	152	Valter Pomar
47 Flávio Rocha de Oliveira	100	Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho	153	Vanessa Elias de Oliveira
48 Francisco Comaru	101	Maria Luiza Levi	154	Vanessa Empinotti
49 Francisco de Assis Zampirolli	102	Mariana Mencia	155	Victor Ximenes Marques
50 Francisco José Brabo Bezerra	103	Marijana Brtko	156	Virgínia Cardia Cardoso
51 Gabriela Lotta	104	Márcia Pisani	157	Vitor Eduardo Schincariol
52 Gilberto Marcos Antonio Rodrigues	105	Marine de Souza Pereira	158	Vitor Marchetti
53 Gilberto Maringoni	106	Mauricio Domingues Coutinho Neto	159	Wesley Góis
			160	Yossi Zana

DIRETORIA DA ADUNICAMP REITERA DEFESA DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA E DAS CONQUISTAS REPUBLICANAS

Diante do agravamento da crise institucional e política que o Brasil atravessa, a Diretoria da ADunicamp decidiu, nesta segunda-feira (14), reiterar os termos de sua “Moção pela Institucionalidade Democrática”, divulgada em 10 de dezembro de 2015; e reforçar – ao lado de todas as associações de classe e instituições que se unem hoje em defesa da Democracia – a posição de que qualquer saída para a crise em curso deve se dar estritamente dentro da legalidade e das normas institucionais hoje estabelecidas.

Há sinais, cada vez mais claros e repetidos, de quebra das regras institucionais democráticas e jurídicas hoje estabelecidas, assim como do agravamento da intolerância política, com visível ameaça às conquistas republicanas e aos direitos civis, políticos e sociais duramente conquistados ao longo de nossa história.

Recentemente, foi tomada como natural a invasão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Diadema por contingentes da Polícia Militar de São Paulo, fortemente armados, no dia 11 passado, cerceando a legítima liberdade de expressão de mais de três mil pessoas que realizavam um ato político no local.

Dias antes, em 4 de março, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foi “conduzido coercitivamente” para prestar depoimento à Polícia Federal, de uma forma que feriu importantes ritos jurídicos hoje estabelecidos, como demonstraram juristas e instituições dos mais variados matizes políticos.

PARLAMENTARISMO, AGORA?

O Congresso Nacional anuncia que, ainda nesta semana, vai colocar em discussão projeto de lei que pretende instituir o parlamentarismo e mudar o regime de governo presidencialista do país.

Como se sabe, nas três ocasiões em que a população brasileira foi chamada, em plebiscito, para votar sobre a mudança do regime de governo (em 1953, 1961 e 1993), a proposta do parlamentarismo foi fragorosamente derrotada.

Note-se que as duas primeiras edições da consulta foram feitas no bojo de crises institucionais e visavam mudar as regras durante o jogo, como ocorre agora. Em 1964, especialmente, o golpe empresarial-militar veio a selar esse movimento.

Não se advoga aqui contra ou a favor da mudança de regime de governo, que pode ser perfeitamente legítima – desde que feita respeitando as regras do jogo em curso, e não como forma de dar aparente legitimidade à consolidação de interesses espúrios.

COMBATE SELETIVO À CORRUPÇÃO

Vemos, ainda, a institucionalização de um discurso de “combate à corrupção”, mas com efeitos altamente seletivos e que se voltam claramente ao extermínio de uma importante força política brasileira que, como tal, deve ser democraticamente respeitada tanto pelos que a apoiam como pelos que a combatem – desde que dentro das regras do jogo.

Disponível em: <http://www.adunicamp.org.br/?p=2072>

O “combate à corrupção” já foi utilizado como discurso de viés estritamente político, sem nunca chegar às verdadeiras raízes do problema, em vários outros momentos de crise institucional no país – e não pode ser utilizado novamente desta forma no presente momento.

A corrupção deve ser duramente combatida, mas dentro das regras institucionais, e essa luta não pode – em hipótese nenhuma – ser seletiva.

Vê-se, no entanto, uma forte tendência de algumas forças arraigadas no Estado brasileiro a, uma vez mais, utilizar o argumento da crise para justificar uma quebra das regras institucionais e das conquistas republicanas.

Há, também, uma clara tendência de certos setores da sociedade a glorificar atores que se apoderam do discurso anticorrupção e a aceitar que sua atuação atropela a institucionalidade democrática. Os exemplos são muitos, e sempre trágicos: desde a “vassourinha”, símbolo de campanha de Jânio Quadros que prometia “varrer a corrupção” do Brasil, até Fernando Collor que prometia acabar com os “marajás”, passando pelos militares que atribuíam “aos políticos” em geral a tragédia da corrupção no país – de modo semelhante ao que já ocorreu em outros exemplos históricos de triste memória, como nas ditaduras latino-americanas recentes e na ascensão do fascismo na Europa no século passado.

Assim, a Diretoria da ADunicamp se une às crescentes vozes que exigem o respeito às normas democráticas e jurídicas e se posicionam claramente contra qualquer tentativa de quebra das instituições.

PARTICIPE DESTA IMPORTANTE DEBATE

Temos recebido várias manifestações de nosso corpo associado com vistas à defesa da institucionalidade e da necessidade de nos articularmos nessa tarefa.

Tais manifestações são extremamente bem vindas, e podem ser enviadas por mensagem endereçada diretamente à ADunicamp (diretoria@adunicamp.org.br), com cópia para o setor de imprensa (imprensa@adunicamp.org.br), seja para divulgação sob a responsabilidade de seus autores, seja como proposta de iniciativas coletivas.

Estamos também à disposição dos associados para conversas pessoais nesse sentido. Por fim, informamos que em nossa página na Internet estão disponíveis textos e reportagens de interesse sobre o tema e manifestações individuais.

Conclamamos nossos associados a manterem sua mobilização e a encaminharem propostas concretas de atuação coletiva, a serem implementadas na medida dos recursos que estiverem ao alcance da ADunicamp.

Publicado em 15 de março de 2016

Manifesto dos jornalistas em defesa da democracia e dos direitos sociais

Nós, jornalistas brasileiros abaixo-assinados, vimos nos manifestar à Nação em defesa da democracia e do Estado de Direito. Não é a primeira vez, na história republicana do Brasil, que os jornalistas são obrigados a se pronunciar pela salvaguarda das conquistas sociais, das políticas públicas e das garantias democráticas obtidas nas lutas travadas, desde os primórdios da nossa nacionalidade, pelos verdadeiros democratas e pela ampla maioria trabalhadora de nosso povo.

Três décadas após o fim do regime militar, nos vemos novamente sob a ameaça do autoritarismo. A cada dia, crescem os sinais de que está em curso um golpe de Estado contra a presidente Dilma Rousseff, eleita de forma legítima e democrática, e que, a despeito de qualquer crítica que se faça a seu governo, não está ligada a nenhum fato que dê base legal a um pedido de impeachment.

No entanto, parlamentares que acumulam denúncias de corrupção, como Eduardo Cunha, e alguns dos principais partidos políticos do país já contabilizam votos no Congresso Nacional com esse intuito e negociam abertamente um futuro governo, num clima de golpismo institucionalizado. Em nome do combate à corrupção, a Operação Lava Jato atropela as garantias constitucionais duramente conquistadas, como a neutralidade do Judiciário, o direito ao devido processo legal e a presunção de inocência.

A hostilidade crescente nas redes sociais extravasa para as ruas, e o convívio plural e civilizado no espaço público, que em tempos recentes havia avançado bastante, já se turva. Queremos romper esta teia de ódio! Lembramos que o combate à corrupção também apareceu como pretexto para o golpe de 1964. A memória nacional não pode ser tão curta.

Repudiamos a corrupção e exigimos a punição de corruptos e corruptores, mas sempre com respeito às regras do Estado Democrático de Direito. Não aceitamos o retrocesso. Para nós, a democracia é um valor supremo, irmão da soberania popular. Defendemos os direitos sociais – o patrimônio público, as reservas de petróleo do pré-sal, as empresas estatais, os direitos trabalhistas, os avanços contra o racismo e o machismo, a redução da miséria e da desigualdade – ameaçados pelos adversários da democracia, muitos dos quais são notórios corruptos.

Como jornalistas profissionais, denunciaremos o papel nefasto que as grandes empresas de comunicação têm desempenhado na presente crise. Beneficiadas pela falta de regulamentação do artigo 220 da Constituição, que proíbe os monopólios no setor, utilizam sua posição no controle da mídia como ponta-de-lança na ofensiva política

contra o governo federal, em defesa dos interesses econômicos das elites nacionais e estrangeiras e dos partidos políticos que as representam.

Essas empresas transformam seus veículos noticiosos em alto-falantes para que fontes ocultas no aparelho de Estado alardeiem vazamentos seletivos de informação, visando a destruir reputações e a soterrar o direito de defesa. Quando criticadas, usam como escudo a liberdade de imprensa, mas negam a seus jornalistas – trabalhadores assalariados – a cláusula de consciência, que permitiria a cada qual se recusar a agir contra a ética e em defesa da rigorosa apuração jornalística e da verdade dos fatos.

Assim, multiplicam-se casos de profissionais assediados por determinações superiores e obrigados a se subordinar a orientações com as quais não concordam para manter seu sustento. Não podemos nos conformar com o clima de intimidação reinante em diversas redações. Trabalhamos pela pluralidade na mídia impressa, falada, televisada e na internet, por um jornalismo ético e de qualidade, pelo respeito ao direito social à informação e ao operário da notícia, o jornalista.

Neste momento tormentoso, vamos nos manter a todo custo nas trincheiras da luta democrática e social. Queremos ao nosso lado todas e todos os que mantêm apreço pela democracia e pelos avanços que apontam para um Brasil mais justo, mais desenvolvido, mais independente e mais soberano.

Vamos nos somar, nas ruas, aos que se opõem ao impeachment e a outros meios ilegítimos com os quais pretendem derrubar o governo que resultou de eleições legítimas. Não vamos deixar que nos calem. Não ao golpe! Viva a democracia!

Subscrevem: Altamiro Borges (coordenador do Centro Barão de Itararé), Amadeu Mémolo (presidente da Associação dos Jornalistas Veteranos no Estado de São Paulo), Antônio Carlos Fon (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo), Audálio Dantas (jornalista e escritor), Celso Schröder (presidente da Federação Nacional dos Jornalistas), Fábio Venturini, Fernando Moraes (jornalista e escritor), Franklin Valverde (jornalista e professor universitário), Fred Ghedini (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas SP), Igor Fuser (jornalista e professor universitário), José Augusto Camargo (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas SP), Laura Capriglione (Jornalistas Livres), Laurindo Lalo Leal Filho (jornalista e escritor), Maria Inês Nassif (colunista política, editora da Carta Maior em São Paulo), Mauro Santayana, Paulo Cannabrava Filho (presidente honorário da APIJOR e editor da Revista Diálogo do Sul), Paulo Moreira Leite, Paulo Zocchi (presidente do Sindicato do Sindicato dos Jornalistas SP), Robson Moreira (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas SP), Rodrigo Vianna, Rose Nogueira, Roseli Fígaro (jornalista e professora universitária), Vilma Amaro (presidente do grupo Tortura Nunca Mais).

Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/petition/Jornalistas_de_Sao_Paulo_Manifesto_dos_jornalistas_em_defesa_da_democracia_e_dos_direitos_sociais/?cXrnrkb

MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Diante da gravidade da atual situação política a que a sociedade brasileira está sendo submetida, é imperativo alertar para a potencial construção de um estado de exceção: o uso indiscriminado de instrumentos investigativos, que sugere crescente judicialização da política, sob os auspícios do mote “os fins justificam os meios”, favorecendo apenas os setores sociais refratários à consolidação de práticas democráticas no país.

O acompanhamento atento dos atuais acontecimentos nos obriga a não tergiversar na defesa intransigente da democracia, do estado democrático de direito, das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores.

Rejeitamos a política econômica vigente no país e as políticas federais e estaduais que aprofundam a privatização do Estado e retiram direitos dos trabalhadores, mas repudiamos também a judicialização da luta política e o recurso a mecanismos de exceção, que só atendem a agendas de grupos de interesse, distantes das necessidades da maioria da população, cuja intolerância e intransigência não raro resultam em tentativas de golpe.

Já estivemos submetidos a situações semelhantes e muito aprendemos com tudo o que nos obrigaram a vivenciar. Não vamos tolerar novas investidas contra a democracia!

São Paulo, 18 de março de 2016
Diretoria da Adusp-S. Sind.

Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/universidade2/126-conjuntura-politica/2494-manifesto-em-defesa-da-democracia>

MANIFESTO PELA LEGALIDADE E PELA DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Nós, docentes da Universidade Federal de São Paulo abaixo assinados, vimos a público manifestar apoio irrestrito em favor das garantias e normas democráticas que vem sendo diariamente atingidas por ações que desestabilizam instituições imprescindíveis à manutenção do Estado Democrático de Direito, conquistado neste país nas últimas décadas.

Atos arbitrários de agentes públicos, que deveriam efetuar a guarda das instituições democráticas, têm evidenciado caráter tendencioso, aprofundando a crise política. Ao mesmo tempo, setores da mídia parecem contribuir para o acirramento dos conflitos, correndo o risco de fomentar o ódio e a violência.

Assim, nos manifestamos pela legalidade e pela defesa da democracia,

Adilton Luis Martins - Pós-doc/História
Alessandra Mussi Ribeiro – Biociências
Alexandre de Oliveira Henz – Psicologia
Alexandre de Oliveira Torres Carrasco – Filosofia
Alexandre Filordi -Educação
Alexandre Pianelli Godoy – História
Alvaro Caretta – Letras
Ana Cláudia Romano Ribeiro – Letras
Ana Lúcia Lana Nemi –História
Ana Lúcia Teixeira – Ciências Sociais
André Medina Carone – Filosofia
André Roberto de A.Machado – História
Andréa Barbosa – Ciências Sociais
Andréa Slemian – História
Andreia dos Santos Menezes – Letras
Antônio Sérgio Carvalho Rocha – Ciências Sociais
Antonio Simplicio de Almeida Neto - História
Arlenice Almeida – Filosofia
Arlindo da Silva Lourenço - Psicologia Baixada Santista
Betania Libanio Dantasde Araujo - Educação
Bianca Fanelli Morganti - Letras
Bruno Konder Comparato – Ciências Sociais
Carlos A. Bello -Ciências Sociais
Carlos José Lírio -Letras
Carlos Renato Lopes -Letras
Célia Maria BenedictoGiglio – Educação
Cielo Griselda Festino- Letras
Cláudia Alessandra Tessari - Ciências Econômicas
Cláudia Panizzolo –Educação
Cláudia Regina Plens -História
Cláudia Vóvio –Educação
Cléber Santos Vieira –Educação
Clifford Andrew Welch –História
Cristiane Gonçalves da Silva - Eixo Comum/BS
Cynthia Andersen Sarti– Ciências Sociais
Daniel Arias Vazquez -Ciências Sociais
Daniel Monteiro Huertas - Eixo Comum
Daniel Revah –Educação
Daniela Finco –Educação
Danilo Braun - Santos
Davisson C. Cangussu deSouza – Ciências Sociais
Débora Alves Maciel –Ciências Sociais
Débora Cristina Goulart - Ciências Sociais
Denilson Botelho –História
Denilson Soares Cordeiro - Ciências-Licenciatura
Diego Rafael Ambrosini - Ciências Sociais
Douglas Mendosa - Eixo Comum
Edilene Toledo – História
Edson Teles – Filosofia

Eduino José de Macedo Orione - Letras
Elaine Dias – História da Arte
Elaine Lourenço –História
Fabiano Fernandes -História
Fábio Alexandre dos Santos - Ciências Econômicas
Fábio Franzini – História
Fabio Venturini - Multidisciplinar - EPPEN
Fernanda Miranda da Cruz – Letras
Fernando Atique - História
Fernando Sfair Kinker - Terapia Ocupacional
Flavia Galli Tatsch - História da Arte
Flávio Tayra - Ciências Econômicas
Francine Fernandes Weiss Ricieri - Letras
Francisco Pinheiro Machado - Filosofia
Gabriela Nunes Ferreira – Ciências Sociais
Gilberto da Silva Francisco - História
Glaydson José da Silva - História
Graciela Foglia – Letras
Greice Nóbrega e Sousa – Letras
Guilherme Ignácio da Silva - Letras
Henrique Amorim – Ciências Sociais
Henrique Parra – Ciências Sociais
Henry Burnett – Filosofia
Iara Rosa Farias - Letras
Ilana Goldstein - História da Arte
Indaiá Bassani – Letras
Isabel Melero Bello – Educação
Isabelle C. Somma de Castro - Cátedra Edward W. Said
Ismara Izepe de Souza - Relações Internacionais
Ivan Rodrigues Martin – Letras
Ivo da Silva Júnior - Filosofia
Izilda Johanson – Filosofia
Jacira de Freitas - Filosofia
Jaime Rodrigues – História
Jaquelina Maria Imbrizi - Psicologia
Janes Jorge – História
Javier Amadeo – Ciências Sociais
Jens Baumgarten – História da Arte
Joana F. Rodrigues- Letras
João Adolfo Hansen – História/ professor sênior
João do Prado Ferraz de Carvalho - Educação
Jorge Luiz Barcellos da Silva – Educação
José Carlos Gomes da Silva – Ciências Sociais
José Carlos Vilardaga - História
José Lindomar Coelho Albuquerque – Ciências Sociais
Josiane Teixeira Martinez - Letras
Julio César Casarin Barroso – Ciências Sociais
Júlio Valle - Letras
Juvenal Savian Filho –Filosofia
Lavinia Silveiras – Letras
Leonardo Gandolfi -Letras
Liana de Paula – Ciências Sociais
Lilian Sales - Ciências Sociais
Lucia Sano - Letras
Luciane Maria Pezzato – Saúde Coletiva/ Santos
Luciano Gatti - Filosofia
Luigi Biondi - História
Luís Antônio Coelho Ferla – História
Luiz Carlos Novaes - Educação
Luís Filipe Silvério Lima - História
Magali Aparecida Silvestre - Educação
Marcelo Carvalho - Filosofia
Marcelo Costa Ferreira - Ciências Sociais
Marcelo Moreschi - Letras

Marcia Barbosa Mansor D'Alessio – História
Márcia C.Consolim – Ciências Sociais
Márcia Jacomini – Educação
Marcia Romero – Educação
Marcia Tosta Dias – Ciências Sociais
Marcio Hollosi – Letras
Marcos Cezar de Freitas - Educação
Marcos Pereira Rufino – Ciências Sociais
Maria Cecília Sanches– Educação
Maria Cristina Pompa – Ciências Sociais
Maria de Fatima Carvalho - Educação
Maria do Socorro Fernandes de Carvalho – Letras
Maria Fernanda Lombardi Fernandes – Ciências Sociais
Maria Luiza de Oliveira- História
Maria Rita Toledo – História
Marian Dias – Educação
Mariana Martins Villaça – História
Mariana Teixeira - Letras
Mariângela Graciano – Educação
Marieta Gouvêa de Oliveira Penna - Educação
Marina Soler Jorge - História da Arte
Marineide de Oliveira Gomes – Educação
Markus Lasch - Letras
Marta Maria Chagas de Carvalho – História/ professora sênior
Mauro Rovai – Ciências Sociais
Maximiliano M. Menz - História
Melvina Araújo – Ciências Sociais
Michiko Okano - História da Arte
Mirhiane Mendes de Abreu - Letras
Mirian Jorge Warde – Educação /professora sênior
Natasha Schmitt Caccia Salinas - Administração
Neide Elias – Letras
Orlando Vian Jr. - Letras
Patrícia Fontoura Aranovich – Filosofia
Patrícia Teixeira Santos – História
Paulo Ramos – Letras
Pedro Falleiros Heise - Letras
Pedro Marques Neto -Letras
Plínio Junqueira Smith– Filosofia
Rafael Dias Minussi – Letras

Regiane Nitsch Bressan- Relações Internacionais
Regina Gualtieri - Educação
Regina Helena da Silva - Farmacologia
Renata Marcílio Cândido – Educação
Renato Cabral Rezende - Letras
Ricardo Lísias -pós-doutorado PPG Letras/escritor
Rita Jover-Faleiros – Letras
Rita Paiva – Filosofia
Rodnei Nascimento – Filosofia
Rodrigo Ribeiro – Ciências Sociais
Rogerio Schlegel - Ciências Sociais
Ronaldo Vagner Thomatieli dos Santos – Educação Física
Rosângela Dantas de Oliveira – Letras
Rosângela Toledo Kulcsaar - Osasco - Eixo Comum
Rosário Genta Lugli – Educação
Rossana Alves Baptista Pinheiro - História
Samira Adel Osman -História
Sandra R. Campos - Letras
Sandro Kobol Fornazari– Filosofia
Sauloeber Tarsio de Souza - História - pós doutorando História/UFU
Sergio Xavier Gomes de Araújo - Filosofia
Sílvia Etel Gutiérrez Bottaro – Letras
Simone Nacaguma – Letras
Suzana Mizan - Letras
Sueli Fidalgo – Letras
Tatiana Savoia Landini– Ciências Sociais
Tiago Tranjan – Filosofia
Uirá Garcia - Ciências Sociais
Umberto de Andrade Pinto – Educação
Valéria Macedo – Ciências Sociais
Vanessa Dias Moretti – Educação
Vinícius Spricigo – História da Arte
Vinícius Terra – Educação Física
Wilma Peres Costa -História
Yanet Aguilera – História da Arte

MOÇÃO EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO

O Brasil atravessa hoje a maior crise desde sua redemocratização, gerando incertezas e preocupações econômicas, políticas e sociais. Crises dessa magnitude podem gerar instabilidades com potencial de fragilizar ou mesmo interromper o Estado de Direito, duramente conquistado nos últimos quarenta anos.

Por este motivo, o Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) vem demonstrar profunda preocupação com a situação do país.

É imprescindível que as instituições que têm a obrigação de salvaguardar e interpretar as leis do país o façam de forma republicana, evitando assim o agravamento dos tumultos ao ambiente democrático e a destruição indevida de reputações.

A universidade tem que ser suprapartidária, assim como a justiça. Ambas não podem ser instrumentos a serviço desta ou daquela corrente de pensamento. Cabe à universidade, como espaço para a reflexão, a análise e o debate qualificado, manifestar-se sobre os princípios básicos que devem fundamentar a busca por soluções para a crise. Entre esses fundamentos destacamos:

- O cumprimento da Constituição do Brasil, em especial, seu Artigo 5º, que afirma que todos são iguais perante a lei e assegura a livre manifestação de pensamento e expressão;
- O direito à manifestação pacífica;
- A presunção de inocência e o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- A independência entre os poderes.

Todos os cidadãos do país estão submetidos ao jugo da lei, não estando qualquer um, em particular, acusados ou acusadores, acima da Justiça. Todos os indícios de corrupção ou desvios de função pública devem ser investigados profundamente e com a independência necessária, sendo respeitado e assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. Punições devem ser aplicadas quando violações forem comprovadas, e apenas neste caso. Por outro lado, não se deve usar acusações de crimes e presunções de culpa como substitutas do debate político qualificado.

A UFABC repudia toda ação violenta, física e simbólica, em particular, aquelas das quais emanam o uso da força física ou a destruição do patrimônio, seja ele público ou privado. A manutenção da Democracia e do Estado de Direito republicanos é condição essencial para a resolução de qualquer tipo de conflito.

A UFABC confia nas Instituições do País e tem firme convicção de que não pode haver solução fora daquelas previstas em nossa Constituição. As crises, apesar de duras, incômodas e preocupantes podem ser oportunidades alvissareiras para uma sociedade que se proponha a aprender com elas.

I sessão ordinária, 22 de março de 2016.

Klaus Capelle
Presidente

Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9826%3Amocao-em-defesa-da-democracia-e-do-estado-de-direito&catid=613%3Amocoes-&Itemid=42

NOTA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFPE

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, reunido extraordinariamente em 4 de abril de 2016, considerando a conjuntura política do País e a responsabilidade da UFPE – quanto ao seu papel na construção e divulgação do saber científico, tecnológico, cultural e humanista, observados os princípios da ética, da cidadania e da justiça social –, não pode deixar de se pronunciar sobre os acontecimentos que vêm ocorrendo na sociedade brasileira.

O respeito aos princípios da Constituição Federal de 1988 e a defesa do Estado Democrático de Direito são conquistas relevantes do nosso País. A preservação dessas conquistas passa, necessariamente, pelo combate à corrupção, que deve ser investigada e punida dentro dos limites constitucionais consagrados, respeitando-se os direitos individuais e coletivos.

Assim, o Conselho Universitário da UFPE manifesta-se em defesa intransigente do Estado Democrático de Direito, conclamando os poderes constituídos, as instituições e a sociedade em geral para agirem de forma equilibrada neste grave momento que o País atravessa, sempre respeitando os princípios constitucionais, mantendo-se a busca pelo diálogo e o debate de ideias em torno da democracia.

Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=55437:nota-do-conselho-universitario-da-ufpe&catid=207&Itemid=72

NOTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE DE PENSAMENTO

A Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, diante do agravamento da crise política e da ameaça de aprofundamento da instabilidade social, vem a público expressar-se em defesa dos princípios e das práticas democráticas, assegurados o pleno exercício do estado de direito, o respeito às leis e aos preceitos fundamentais que preservam a justiça e os valores éticos, historicamente conquistados. Como parte do Estado brasileiro, a Universidade Pública deve cumprir com o seu papel formador no processo de construção e de consolidação das bases democráticas e estruturantes das políticas nacionais. Também, compete à Universidade promover as ações de transformação e de fortalecimento da sociedade, pautada no rigor científico, na criatividade acadêmica, na liberdade de pensamento e de expressão e na pluralidade de ideias. Esse é um processo que requer o respeito à diversidade, a tolerância com os diferentes, o trabalho em prol da inclusão social e a cultura da paz, pilares essenciais da construção de uma grande nação. Nesse sentido, mantemo-nos vigilantes pela ordem constitucional e pelos direitos civis, políticos e sociais do povo brasileiro e manifestamo-nos contrários a argumentos pseudo-jurídicos de combate à corrupção e instrumentos de manipulação das massas, subsumidos em interesses políticos-partidários e à utilização desmensurada dos mecanismos de (de)formação de opinião.

Uberlândia, 23 de março de 2016.

Disponível em: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2016/03/reitoria-da-ufu-divulga-nota-em-defesa-da-democracia-e-da-liberdade-de-pensamento>

QUEM VAI PAGAR O PATO DO IMPEACHMENT?

Escrito por: Érica Aragã – CUT

Não vou pagar o pato!

Esta afirmação é de uma campanha da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que começou quando surgiram conversas sobre o possível retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e agora está sendo usada pela entidade, que representa os empresários, como um dos principais símbolos do impeachment.

Não vou pagar o pato. Nós quem, cara pálida?

Para o economista e professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Guilherme Mello, para saber quem vai pagar o pato deste golpe é só ler o projeto do PMDB, 'Uma ponte para o futuro', parceiro da FIESP e que assumirá o Poder caso o impeachment dê certo.

Segundo Guilherme, a diminuição do Estado que propõe o projeto nada mais é que acabar com a saúde pública, Previdência, educação pública. "Isso interessa somente aos ricos e empresários deste país".

Trecho do documento do partido do vice-presidente Michel Temer, o PMDB, sigla que abandonou o governo na tarde desta terça (29) comprova o que o professor afirma:

"Para recuperar a crise será necessário um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas. As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988. Em parte, esses aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, muitos deles positivos e virtuosos, na área da saúde, da educação e na assistência social".

A economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Adriana Marcolino, lembrou de um documento que a CNI (Confederação Nacional da Indústria) apresentou em seu encontro anual em dezembro de 2012, que propõe alteração em 101 pontos da legislação trabalhista brasileira revendo "a rigidez da legislação trabalhista, a burocracia e a insegurança jurídicas crescentes, o excesso de obrigações acessórias no salário, a formação de passivos trabalhistas e previdenciários incalculáveis, a existência de instituições do trabalho não alinhadas ao aumento da competitividade e o elevado risco de gerar empregos."

"Segundo a entidade, a proposta busca modernizar as relações de trabalho, atualizando a legislação para o momento atual reduzindo os custos de trabalho, sem contanto, em sua avaliação, reduzir salários ou direitos dos trabalhadores", afirma ela.

Guilherme frisou de que lado a FIESP está: "Você acha mesmo que a Fiesp está preocupada com a aposentadoria do povo? Eles querem reduzir direitos sociais e trabalhistas. O mundo ideal para eles [os empresários] é que o trabalhador se aposente cada vez mais tarde, ganhando cada vez menos e sem direito a nenhum serviço público e de qualidade".

Além da Previdência, outros direitos correm risco nesta parceria PMDB e FIESP: Política Nacional do Salário Mínimo, Sistema Único de Saúde, ENEM, ProUni, Minha Casa Minha Vida, entre outras políticas sociais implementadas nos últimos 13 anos. Sobre o pato, Guilherme reafirmou: "Como a FIESP fala que não vai pagar o pato se ela nunca pagou?", questionou o economista.

Para ele, além de nunca pagar o pato os empresários deixaram de pagar R\$ 400 bilhões de reais com isenção de impostos nos últimos anos. "Eles deixaram de pagar esse absurdo de impostos e ainda conseguem manipular a estrutura tributária para sonegar. Quem sempre pagou e paga imposto no Brasil é o pobre", afirma. "Quem vai pagar o pato do impeachment, somos nós mesmo. Nós trabalhadores e trabalhadoras deste país", completou Adriana.

O Pato antidemocrático na mídia

Na semana passada, a Fiesp "investiu" propagandas em no mínimo quatro importantes jornais, impressos e digitais, a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. De acordo com o Tijoloço, pelo cálculo de tabela de publicidade somente em impressos, os anúncios no Estadão e na Folha teria custado à entidade cerca de R\$ 5 milhões.

O Estado de S. Paulo, a Folha de S.Paulo, o Valor Econômico e o Correio Braziliense exibiram em locais de destaque anúncios amarelos com o pedido de "Impeachment Já", sem a descrição de que se tratava de um informe publicitário.

No portal do Estadão, a frase se repetia acima da manchete da primeira página do site. Para o secretário Nacional de Comunicação da CUT, Roni Anderson Barbosa, o anúncio confundia os leitores como se fosse uma campanha do próprio jornal, "não que não fosse", completou.

"Nós sabemos que os meios de comunicação no país estão nas mãos de apenas meia dúzia de famílias e que a opinião delas é justamente essa. Boa parte da imprensa brasileira apoiou o golpe em 1964 e a gente sabe de que lado estão", reafirmou Roni.

Já a propaganda impressa tomou cerca da metade das 14 páginas do primeiro caderno do jornal. De acordo com a tabela de anúncios, o valor para meia página custa R\$ 180 mil.

"A Fiesp está investindo fortemente no golpe porque as empresas, no qual a entidade representa, têm interesses que são contrários aos dos trabalhadores. Elas [as empresas] querem flexibilizar as leis trabalhistas e retirar direitos dos

trabalhadores que, segundo elas, são custos para o empresariado. O que eles querem é lucrar cada vez mais e explorar a mão de obra do trabalhador", explicou o dirigente.

Para Altamiro Borges, jornalista e presidente do Centro de Estudos da Mídias Alternativa Barão de Itararé (organização que luta pela democratização dos meios de comunicação), a compra de espaço publicitário para defender o impeachment revela uma relação mais profunda entre mídia e setores do empresariado.

"A mídia brasileira é partidarizada, com interesses de classe. É um duplo poder: político e econômico. Um casamento, para não dizer um pacto mafioso. É um consórcio que junta os barões da mídia, setores do empresariado brasileiro e setores do Judiciário e da Polícia Federal contra a democracia brasileira", afirma Borges.



As aventuras de Inácio na cidade, graças a ele, de todos nós

Inspirado na Obra Prima
As Aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor

Por GABRIEL RIBEIRO

Vou borrar estas páginas com minhas palavras, convicto de que elas fogem do requinte maior que permeia a vida acadêmica, para ousar-me no traçado de um paralelo entre alguns versos de um poeta popular e singelos elementos da trajetória de um político, captados pelo que minhas lentes, de objetivas reduzidas, permitem alcançar.

**“Tem gente que passa a vida inteira,
Travando a inútil luta com os “galhos”,
Sem saber que é lá no tronco que tá o coringa do
baralho!”**

Pois é... O meu herói, que declaradamente não é o juiz Sérgio Moro, aprendeu logo cedo, possivelmente por não ter tido a oportunidade de sentar nos assentos de uma universidade, que a luta com os galhos seria inútil, diante dos desafios que a vida lhe apresentava. Para puxar o coringa do baralho, entre tantas damas, valetes e, principalmente, reis – que ditam o ritmo de crescimento desse jogo, que não é buraco, mas é como se fosse – o meu herói, que não passava de mais um número, em nosso baralho de cartas marcadas, passou por todas as desventuras que um nordestino, nascido na merda (bolsões de pobreza ou grotões do Brasil, fica mais acadêmico?), infelizmente, precisa passar.

**“A Arapuca está armada, e não adianta de foraprotestar,
Quando se quer entrar num buraco de rato, De rato você tem que transar!”**

Pois é... O nosso herói – passo a chamar de nosso já que você, professor das novas Instituições Federais de Ensino Superior, só poderia estar lendo este texto (aliás, você que deveria ler estes borrões, provavelmente, não os lerá) porque o nosso herói julgou que outros atores sociais deveriam adentrar as universidades públicas, por mais que sua retórica da competência individual insistia, frequentemente, em afirmar que o mérito é seu; ledro engano, o REUNI vem antes de você – após diversas tentativas, compreendeu que, dentro do modelo de financiamento de campanha vigente, e do presidencialismo de

coalizão, a única regra do jogo (não é um trocadilho com a novela da emissora amoral, mas poderia ser) era jogar como os ratos, e, por isto, não vamos ser românticos (na pior acepção do termo) ou pseudo-honestos. Portanto, para tentar dividir, minimamente, esse bolo, e fazer a maior reforma social da história dessa república federativa, nosso herói teve que engolir muitos sapos, principalmente aqueles que, atualmente, pulam do barco, sem a prestação de qualquer tipo de esclarecimento à sociedade brasileira.

**“Acredite que eu não tenho nada a ver,
Com a linha evolutiva da música popular brasileira,
A única linha que eu conheço,
É a linha de empinar uma bandeira!”**

Pois é... O nosso herói, que distingo da maioria dos atores de esquerda – muitos destes (Dirceu, Genoino, Dilma, entre outros) que militaram contra a ditadura, sentaram nos bancos da Academia, e não podem ser descolados de um contexto sócio histórico de Universidade, em certa medida, elitista, mesmo que a teorização e a ação, alicerçadas nos clássicos da sociologia, estivessem voltadas à coletividade – ligou o liquidificador social, por poucos segundos, e a casa grande, por mais dividendos que tenha colhido em seu mandato, julgou que a luz tinha que ser cortada. O problema é que esse corte está sangrando a nossa democracia e a nossa capacidade de respirar. Como canta o poeta Raul Seixas:

“O “Monstro Sist” é “retado”, e tá doido pra transar comigo E sempre que você dorme de touca, ele fatura em cima do inimigo.”

Pois é... Neste momento, o nosso herói, a Nossa Presidenta, e, antes de tudo, a Nossa Democracia, precisam manter-se alerta, mesmo que todo o esquema, orquestrado pelos diversos agentes que conhecemos, insista em nos deixar de touca. Admitem-se os diversos erros e limitações do atual governo, mas, neste momento, precisamos negociar outra questão, o Estado Democrático de Direito. Espera-se que nos próximos capítulos, nós, “coxinhas” e “petralhas”, como quer o maniqueísmo da mídia nativa, lutemos, da mesma forma contundente, pelas reformas política, tributária, trabalhista, entre tantas outras, com que situação e oposição, não conseguiram lidar, de forma consistente, ao longo desses anos de redemocratização. Ou teremos que rever o nosso sistema político?

Tá “rebocado” meu “cumpadi”
Como os donos do mundo piraram
Eles já são carrascos e vítimas do próprio mecanismo
que criaram!

NOTA DO ANDES-SN SOBRE A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES-SN FRENTE À CRISE POLÍTICA

O ANDES-SN tem sua própria existência ligada às lutas democráticas. Surgiu no bojo das lutas contra a ditadura empresarial-militar, marcadas por, entre outras ações, um processo de rompimento com a estrutura sindical herdada do Estado Novo, que o sindicato nacional expressa com radicalidade até os dias atuais. Participou ativamente da luta pela anistia, do movimento pelas diretas, da Constituinte, da autonomia e da democracia universitárias, sempre mantendo a autonomia do sindicato, negando-se, por exemplo, a apoiar o Colégio Eleitoral, que escolheu Tancredo Neves para a presidência da república. Esteve nas ruas pelo impeachment de Collor de Mello, tem lutado contra os legados da ditadura, como a exigência da desmilitarização das polícias dos estados, e contra a crescente criminalização dos movimentos sociais. Para o ANDES-SN, a luta em defesa da democracia tem sido uma constante, porque não existe plenitude democrática no país. A experiência histórica mostra que a democracia é violada sempre, e, exclusivamente, para assegurar interesses contrários aos das grandes majorias e numa sociedade de classes, portanto, ela não tem como ser plena, sobretudo em período histórico no qual o domínio econômico é exercido por oligopólios.

A crise política que marca o momento brasileiro é filha direta da crise econômica, que tem como um de seus efeitos materiais mais expressivos a queda dos lucros, o que leva os poderosos, dos capitais nacionais e internacionais, a declararem guerra às parcas conquistas materiais e políticas da classe trabalhadora e a disputarem duramente o recurso público, por meio de medidas reducionistas da carga tributária e de ampliação dos subsídios públicos às empresas privadas, das privatizações e assegurando-se inviolabilidade do crescente endividamento do Estado e do pagamento de juros.

Os episódios que se desencadearam a partir do processo de delação premiada do Senador Delcídio do Amaral expressam o agravamento de uma espécie de terceiro turno, que teve início logo após o término do segundo turno em novembro de 2014 e que se arrasta sem definição até o momento, em que pese a polarização das manifestações da última semana, as batalhas judiciais e a manipulação midiática dos processos jurídicos e políticos. As manipulações midiáticas, resultado dos grandes monopólios, deve ser enfrentada e, por isso, é importante continuar na luta pela democratização dos meios de comunicação e contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios. Não pode haver democracia plena, se hoje os veículos de comunicação são instrumentos de desestabilização, a serviço do imperialismo norte-americano.

Este “terceiro turno” ocorre em função do agravamento da crise econômica que, entre suas consequências, levou à falência o modelo de conciliação de classes, adotado pelos governos do PT, que buscava beneficiar os ricos e os pobres simultaneamente, e levou a burguesia a decidir pelo rompimento com o governo do PT. Ela age hoje forçando o impeachment ou a renúncia negociada de Dilma e, ao mesmo tempo, a inviabilização, por meio judicial, de possível candidatura de Lula em 2018 e é em torno desses embates que buscam se apresentar as alternativas políticas.

Em nota, a CSP CONLUTAS, nossa Central, afirma que “a saída proposta pela oposição de direita, que defende o impeachment, significa tirar Dilma e entregar o poder a Michel Temer ou ao presidente da Câmara, também envolvido em escândalos de corrupção, o Eduardo Cunha”. Por outro lado, “os governistas defendem a permanência

do governo responsável pelos brutais ataques que nosso povo vem sofrendo e que, em meio ao agravamento da crise, sinaliza ainda mais para os grandes empresários o seu compromisso com o grande capital e contra a classe trabalhadora”. A aprovação da Lei Antiterrorismo, sancionada pela presidente, representa um atentado contra a democracia, com o objetivo de impedir as manifestações públicas contra a retirada dos direitos dos trabalhadores e reitera o compromisso do governo com a burguesia.

Mais uma vez, o PT chama à conciliação de classe àqueles que foram duramente atacados em seus direitos: a classe trabalhadora e os movimentos sociais e populares. É importante reafirmar que não temos ilusão e nem apoio a Dilma-Lula, pois continuam e continuarão a aplicar as mesmas políticas a favor do capital e contra a classe trabalhadora. Em 2016, já iniciamos com cortes no orçamento, medida adotada pelo governo federal para garantir o superávit primário, atingindo diretamente o serviço público e programas sociais. Novamente, o governo escolhe cortar direitos sociais como saída para a crise econômica, mantendo intacta a dívida pública, que consome quase metade do orçamento, além de anunciar a contrarreforma da previdência e outras medidas que retiram mais direitos sociais como formas de combater a crise. Em que pese que a estratégia de conciliação de classes volte-se contra o próprio PT, o governo a mantém como estratégia única da governabilidade.

O 35º Congresso do ANDES-SN (Curitiba/PR, 25 a 30 de janeiro de 2016) analisou a conjuntura política e se posicionou, uma vez mais, resguardando a autonomia do sindicato frente ao governo, aos patrões e aos partidos políticos e definiu que a centralidade da luta do sindicato, neste período, compreende o seguinte: “Defesa do caráter público, democrático, gratuito, laico e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores com a intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular na construção do projeto da classe trabalhadora”.

O significado deste posicionamento, para além da manutenção da autonomia do sindicato, é o de apontar, para o conjunto das organizações da classe, a retomada da construção do projeto da classe trabalhadora, a partir do processo real de lutas em torno das reivindicações, contra a retirada de direitos, contra a criminalização dos movimentos sociais.

Como forma de resistência, e de acordo com a centralidade da luta aprovada no 35º Congresso do ANDES-SN, conclamamos a luta unificada. O momento exige centrar forças em construir toda a resistência em unidade com todos os trabalhadores e movimentos sociais por fora da falsa polarização alicerçada, entre o governo e os setores que o apoiam, e da tradicional direita. A saída à crise está por ser construída. Isso se dará no bojo da luta real dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, e requer unidade e certamente a construção de uma greve geral em nosso país, que barre os ataques dos governos e dos patrões e os efeitos da crise contra a classe trabalhadora. Afirma-se, nesta direção o calendário de lutas chamado pelo Espaço Unidade de Ação, que propõe a realização, em 1º de abril, de um dia nacional de lutas contra as mentiras do



MENTIRA TEM PERNA CURTA!

Nota da diretoria do ANDES-SN chamando um mentiroso dia da mentira (1º de abril) é um apoio disfarçado aos golpistas

Antonio Eduardo Alves de Oliveira
Professor UFRB



As mentiras propagadas pela diretoria do ANDES-SN são a pura expressão da frente única entre a direita mais reacionária com os golpistas da esquerda coxinha (PSTU e Luciana Genro).

Como já assinei anteriormente, a diretoria do ANDES-SN adotou uma posição de total seguidismo aos golpistas ou coxinhas de esquerda do PSTU (junto com a sua central de faz de conta) e de Luciana Genro (PSOL), e seu rebaixado oportunismo eleitoral, que defendem abertamente a derrubada do governo. Estes setores, em diversas publicações, têm não somente se negado a lutar contra o golpe, como de maneira cínica afirmam que não existe golpe nenhum em curso.

Não por acaso, as declarações como a nota pública do PSTU “A queda de Dilma seria um golpe?” (<http://www.pstu.org.br/node/21994>), a nota do MES/PSOL, corrente política de Luciana Genro, “vai ter golpe?” (<http://esquerdasocialista.com.br/vai-ter-golpe/>) e a nota publicada pelo vice Golpista Michel Temer têm o mesmo caráter, ou seja, enfatizam a posição política que a queda do governo da frente popular é não somente desejada como é legal, e não pode ser classificada como golpe.

Tanto Luciana Genro do PSOL quanto o PSTU afirmam hipocritamente que são contra o impeachment, mas assinalam que o mesmo é parte da legalidade da democracia existente. Para o PSTU, é até um instrumento “progressista” na constituição federal, que a esquerda não pode ser contra. O MES registra o papel democrático de uma instituição insuspeita, a OAB que, por sinal, apoiou o golpe em 1964.

Assim, apesar de defenderem outra alternativa golpista, a convocação de novas eleições, como defende a ex-candidata Marina Silva e outros setores burgueses, são justificadores recorrentes de que o processo de impeachment feito pelo presidente da Câmara de deputados Eduardo Cunha não é golpe.

A esquerda coxinha cumpre o papel sujo de ocultar o golpe, aliando-se de maneira escandalosamente às mentiras propagadas pela Globo e pela república de Curitiba.

Já fiz a crítica a estes documentos da esquerda pequeno burguesa coxinha em outros artigos, aqui gostaria apenas de chamar atenção para o fato de que não é uma mera coincidência as posições do PSTU e sua CSP, da direita reacionária tipo Bolsonaro, do PSDB de Aécio Neves, do PSOL de Luciana Genro, do vice presidente Michel Temer, de Marina Silva e, infelizmente, do ANDES-SN, de que o impeachment não é golpe.

Trata-se de uma operação de encobrimento, portanto que eles tenham consciência ou não, isso não tem importância objetiva, a diretoria do ANDES-SN, através do seu atrelamento completo à central sindical controlada pelo PSTU, é parte do processo golpista.

Negar o golpe ou pregar que o PT tem o que merece é nada mais nada menos do que a constituição de uma verdadeira frente única dos golpistas. Todos se reivindicam democráticos e contra a corrupção (não por acaso apoiam a operação golpista da Lava Jato).

Os coxinhas de direita participam com seus mantras racistas, homofóbicos e machistas nos atos financiados pela FIESP pela derrubada do governo de qualquer jeito, inclusive os setores mais reacionários, os abertamente fascistas têm curiosamente a mesma palavra de ordem da extrema esquerda “Fora Todos” como vimos nas manifestações do dia 13 de março.

Por sua vez, a ala esquerda coxinha combate arduamente a CUT e o MST e todos que lutam contra o golpe, classificados pejorativamente de governistas. Qualquer um que tenha o atrevimento de lutar contra o golpe da direita e afirmar que o governo Dilma não deve ser derrubado é insultado e caluniado, responsabilizado pelos atos mais terríveis do governo Dilma. Como diz o ditado popular: “a mentira tem perna curta”, e vale também para aquelas mentiras contadas pela esquerda coxinha. Assim, a convocação do dia nacional de luta não é defesa dos trabalhadores, ou algo parecido. O

1º de abril é exatamente o que a data sugere, uma exposição grotesca de uma farsa política. Uma ópera bufa de confusão política.

Não existe a criação do suposto “terceiro campo” do PSTU/CSP/ diretoria do ANDES-SN, e do balaio EUA (com grupos defendendo que até mesmo a prisão de Lula, como MNN). O objetivo número 1 do 1º de abril é evitar que os trabalhadores se mobilizem contra o golpe.

Como já assinei no texto de crítica à diretoria do ANDES-SN, o EUA aprovou em janeiro uma resolução da realização no momento oportuno da comédia pastelão do terceiro ato, que somente seria marcado depois que ato da CUT fosse agendado. Assim, agindo como verdadeiros chacais, ficaram na espreita para atacar as mobilizações do movimento “Não vai ter Golpe”, organizados pela a CUT e o MST. É importante assinalar que na resolução da plenária nacional do EUA em 16 de janeiro apresenta-se abertamente a defesa da saída do governo Dilma pelo Espaço Unidade de Ação, que contou inclusive com os aplausos da diretoria do ANDES-SN (apesar de não existir nenhuma resolução aprovada por instância do sindicato nacional, nem mesmo da diretoria sobre o afastamento de Dilma).

A única verdade do dia da mentira da esquerda coxinha que controla a CSP e o ANDES-SN é que o objetivo deles é evitar, de todas as maneiras, a luta contra o golpe. Entretanto, preciso reconhecer que ninguém é tão esquivo como a diretoria do ANDES-SN para camuflar sua adesão à frente única com a direita.

Assim, mesmo apoiando objetivamente os chamados da esquerda coxinha, procura fazer isso da maneira mais insólita possível, apresentando as provas contra si mesmo como uma forma de autorização para fazer toda sorte de picaretagem política. Realmente não é somente Eduardo Cunha que tem suas artimanhas.

Dessa forma, apresentam-se como sendo “autônomos” em relação a “governos e partidos”, mas seguem caninamente o PSTU e os setores golpistas do PSOL, como Luciana Genro.

Além disso, é interessante destacar, que citam a seu favor uma resolução que simplesmente é a mesma apresentada em todos os congressos do ANDES-SN que não diz nada sobre a atual conjuntura. Realmente é uma esperteza digna de nota. É uma resolução que é tão genérica que serve para todas as conjunturas, ou seja, não serve para nenhuma, servindo apenas para demonstrar a covardia política da diretoria do ANDES-SN em fazer realmente uma análise de conjuntura no últimos congressos do ANDES-SN depois que a crise política foi instalada.

“O 35º Congresso do ANDES-SN (Curitiba/PR, 25 a 30 de janeiro de 2016) analisou a conjuntura política e se posicionou, uma vez mais, resguardando a autonomia do sindicato frente ao governo, aos patrões e aos partidos políticos e definiu que a centralidade da luta do sindicato, neste período, compreende o seguinte: “Defesa do caráter público, democrático, gratuito, laico e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores com a intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular na construção do projeto da classe trabalhadora”. - See more at:<http://cspconlutas.org.br/2016/03/diretoria-do-andes-sn-divulga-nota-sobre-crise-politica-vivida-no-brasil/#sthash.uwMSA84b.dpuf>

Como se vê, o trecho acima não diz nada que autorize a diretoria do sindicato nacional participar de ato com setores que abertamente defendem o “Fora Dilma”, como são convocatórias golpistas do dia da mentira. É mais um encenação política, mas dessa feita, a diretoria do ANDES-SN suplantou qualquer bom senso.

Eles querem incutir que o ANDES-SN tem que ser contra o governo, como sendo parte da nossa história, e confirmada na resolução aprovada no último congresso nacional da entidade. Não se pode participar de manifestações com defensores do governo, é um pecado.

Mas participar de atos com partidos coxinhas de esquerda que defendem o “Fora Dilma” é permitido? Para essa pergunta, a diretoria tem ouvidos moucos.

Isso só mostra como a ditadura burocrática do sindicato nacional está querendo falsificar resoluções para apoiar a política golpista da CSP/PSTU.

Na nota sobre conjuntura transborda a negação mais elementar da realidade, para os intelectuais da esquerda pequeno burguesa “Não existe diferenças entre o governo e a direita” ou que “é uma falsa polarização” entre a direita e a frente popular.

Neste caso, qualquer um que acompanhe a crise política sabe que essa tese da “falsa polarização” é mais uma ilusão pregada pela diretoria do ANDES-SN para não fazer frente com “governistas” e que não se deve lutar contra o golpe, pois não existe golpe. Essa pérola da diretoria do Andes não é apenas mais uma falsidade e uma incompreensão da conjuntura, mas uma grande tolice política. Na medida em que os golpistas atacam da maneira mais sórdida e aumenta a resistência popular contra os golpistas, essa retórica da diretoria do ANDES-SN, negadora do golpismo no Brasil, tende a entrar em parafuso, pois a Mentira tem perna curta.

DECLARAÇÃO DO FÓRUM “RENOVA ANDES-SN” AOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O ANDES-SN PRECISA LUTAR CONTRA O GOLPE!

DIRETORIA CAPITULA DIANTE DO GOLPE EM CURSO E QUER ENTERRAR HISTÓRIA DE LUTAS DO SINDICATO!

VAMOS TODOS JUNTOS: BARRAR O GOLPE E REVERTER O AJUSTE FISCAL!

No encerramento do 35º Congresso do ANDES-SN, docentes delegados de 10 IES constituíram o Fórum Renova ANDES-SN. Naquele momento, final de janeiro de 2016, a situação do país já era gravíssima e já estava em curso o golpe de estado judiciário e midiático contra o qual o povo brasileiro se mobiliza neste momento.

O Fórum Renova ANDES-SN surgia justamente do fato de que a atual diretoria do ANDES-SN e seus apoiadores haviam recusado como “centralidade da luta” a batalha contra o golpe e contra o ajuste fiscal, recusando, por conseguinte, todas as iniciativas unitárias tomadas, desde então, pelas centrais sindicais e movimentos sociais sob este eixo.

Do 35º Congresso para cá, a ofensiva golpista, que usa como instrumento o Poder Judiciário, com a ampla difusão dos meios de comunicação, se transformou numa escalada com vistas a remover o atual governo, apontando para um ataque sem precedentes a todas as organizações dos trabalhadores e do povo, como se vê nos atentados contra as sedes das organizações dos trabalhadores e da juventude, nas conduções coercitivas, na invasão e/ou monitoramento pela polícia de reuniões sindicais, com ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Fatos que indicam uma decisão tomada pelo imperialismo, em conjunção com o alto empresariado nacional (FIESP e demais federações patronais), de confiscar o resultado eleitoral de 2014 e impor um governo sem mandato popular para implementar um amplo ataque contra os direitos, as conquistas e a soberania nacional.

Depois de várias semanas de silêncio, com o site do ANDES-SN completamente alheio aos acontecimentos, a diretoria do sindicato resolveu se manifestar por meio de uma nota vergonhosa que afirma: “o momento exige centrar forças em construir toda a resistência em unidade com todos os trabalhadores e movimentos sociais por fora da falsa polarização alicerçada, entre o governo e os setores que o apoiam, e da tradicional direita”.

Ou seja, o Sindicato, em face do golpe, se declara neutro. Vergonha! Neutralidade que mal esconde um alinhamento prático com a direita, expresso nos minúsculos atos realizados em 1º de abril ao lado da CSP-CONLUTAS sob o eixo de “fora todos”. Mas afinal, como o PSDB, o DEM, o PPS não governam, o sentido real desta palavra de ordem é “fora Dilma”, como sabem, o lema dos coxinhas, da Rede Globo, da Fiesp e da Revista Veja!

Com 36 anos de existência, malgrado graves equívocos, sobretudo nos últimos anos, quando a filiação à CSP-CONLUTAS tem levado a um crescente isolamento do sindicato do grosso da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, o ANDES-SN se construiu como uma referência de luta sindical, mas também de defesa da democracia e das liberdades democráticas.

A atual orientação violenta esta história e joga o sindicato na vala comum da reação e dos golpistas. O ANDES-SN está em perigo! A presente política o conduz à destruição! Felizmente, a esmagadora maioria dos docentes e, inclusive, várias seções do sindicato, têm ignorado esta orientação liquidadora e se jogado com todas as forças na luta contra o golpe, realizando grandes atos, editado manifestos (ADUSP, ADUNICAMP, APUR,

entre outras) e se integrado às frentes de luta contra o golpe. Até aqui já se registram ações de resistência ao golpe em 52 universidades, com ampla adesão de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos.

É hora de constituir em todas as universidades Comitês Contra o Golpe ou consolidá-los ali onde já se formaram para transformar em realidade o grito que já é de todo o povo oprimido: Não vai ter golpe! Vai ter luta!

**CONSTRUIR UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINDICATO! EXIGIR QUE O ANDES-SN ENTRE NA LUTA CONTRA O GOLPE!
VOTO BRANCO NAS ELEIÇÕES DE 1º E 2 DE MAIO!**

Diante disso, nós do “Fórum Renova ANDES-SN”, apoiamos com todas as forças os docentes, as seções sindicais que se engajaram na luta contra o golpe, em defesa da democracia e dos direitos, o que inclui o combate contra o ajuste fiscal! Estamos lado a lado com os companheiros da USP, da UERJ, da UFPB, da UFJF, da UFC, da UNICAMP, da UFPE, da UFRPE, da UFG, da UNEMAT, da UFRB e de várias outras universidades que constituíram comitês, lançaram manifestos e se integraram às lutas unitárias contra o golpe. Estamos solidários com as organizações do movimento docente, da base do ANDES-SN, que se recusaram a participar do ato golpista da CSP-CONLUTAS, o ato da mentira de 1º de abril. Neste fim de semana, a FASUBRA Sindical decidiu pela sua integração à luta contra o golpe e contra o ajuste, o que deixa o ANDES-SN praticamente só como ala “esquerda” do golpismo!

Em todas as seções sindicais é necessário enfrentar a destruição de nosso sindicato, aprovando moções que exijam a integração do ANDES-SN à luta contra o golpe, defendendo sua existência contra a política vergonhosa da atual diretoria! Às vésperas de mais uma eleição com chapa única no sindicato, cujos estatutos praticamente impedem a inscrição de chapas opositoras, a Chapa 1, ironicamente chamada Unidade na Luta, é a continuidade desta orientação desastrosa que ameaça o sindicato.

Do ponto de vista da direção sindical, é necessário seguir construindo uma nova orientação que possa resultar numa mudança de direção do ANDES-SN. Na atual situação, convidamos os docentes a não darem sua sanção à atual diretoria, cuja continuidade é a chapa 1 (única), votando em branco nas eleições de 1º e 2 de maio.

**TODA A FORÇA NA LUTA CONTRA O GOLPE, PELA DEMOCRACIA E PELOS DIREITOS!
PELA MUDANÇA NA POLÍTICA ECONÔMICA, COM REVOGAÇÃO DO AJUSTE FISCAL!
EM DEFESA DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES!
VOTO BRANCO NAS ELEIÇÕES DE 1 E 2 DE MAIO DO ANDES-SN, PELO RESGATE DO SINDICATO!**

2 de abril de 2016

FÓRUM RENOVA ANDES-SN

forumrenovaandes@gmail.com